

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA**

**LEI N° 748**

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 1998 e dá outras providências.

MAURO JONCK, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: O Orçamento do Município de Angelina para o exercício financeiro de 1998, será elaborado segundo as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º: O Orçamento para o exercício financeiro de 1998, abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e entidades de Administração Direta e Indireta.

Art. 3º: a previsão da receita e fixação das despesas serão orçadas para 1998 a preço de setembro de 1997.

\_ 1º: No primeiro dia útil do exercício de 1998, estes valores poderão ser atualizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal com base no valor do IPC-R dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro de 1997.

\_ 2º: O saldo das dotações do orçamento definido no artigo 2º desta Lei, no último dia de cada mês, poderão ser corrigidas por ato do Poder Executivo Municipal, à conta do excesso de arrecadação, com base no IPC-R do mês imediatamente anterior ou no incremento da receita apurado em relação ao mês anterior, adotando-se sempre o menor índice entre os dois.

\_ 3º: Havendo índice negativo ele será deduzido do mês subsequente.

Art. 4º: Na elaboração da Proposta Orçamentária do Município, para o exercício de 1998, observar-se-á as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal:

I - A despesa fixada não será superior a receita prevista;

II - Na estimativa das receitas considerar-se-á a arrecadação dos últimos dois exercícios, a tendência das receitas no presente exercício, e os efeitos das alterações na legislação tributária ou recadastramento imobiliário;

III - Não poderão ser fixadas as despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos;

IV - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados;

V - As despesas com serviço da dívida, pessoal e encargos terá prioridade sobre as ações de expansão;

VI - No exercício de 1998, o Município aplicará no mínimo 25% das receitas oriundas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, assegurando prioridade ao atendimento, das necessidades do ensino obrigatório.

VII - O Poder Executivo poderá realizar operações de Crédito de longo prazo no exercício de 1998, mediante autorização do Legislativo Municipal, com destinação específica e vinculada ao projeto;

VIII - Na Lei do Orçamento para 1998, poderá constar dispositivo autorizando a contratação de empréstimo por antecipação da receita;

\_ Único: Para efeito do disposto no item VI, art. 4º desta lei, despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino são todas aquelas enquadráveis nos programas 41, 42, 43, 44, 45, 47 e 49 da classificação da funcional programática.

Art. 5º: O Poder Executivo está autorizado a firmar convênios com outras esferas de Governo, para execução de programas nas áreas de ação do município.

Art. 6º: As despesas com pessoal ativo e inativo da administração direta ou indireta, dos Poderes Executivo e Legislativo, ficam limitados a 60% (secenta por cento) das receitas correntes, não consideradas aqui, aquelas oriundas de convênios.

\_ 1º: No limite estabelecido neste artigo, incluem-se as despesas com remuneração de pessoal estatutário ou celetista, proventos de aposentados e pensões, obrigações patronais e remuneração do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

\_ 2º: A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação ou alterações da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver previsão orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput" deste artigo.

Art. 7º: A abertura de créditos adicionais suplementares será autorizada pela lei orçamentária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa fixada a preços de janeiro de 1997.

Art. 8º: O orçamento para 1998 obedecerá a estrutura organizacional vigente à época da elaboração, compreendendo os órgãos e entidades da administração direta e indireta,

inclusive fundações e fundos instituídos e mantidos pelo município.

Art. 9º: O orçamento assegurará recursos para a Reserva de Contingência, destinados a suplementar as dotações que apresentarem deficiência no decorrer da execução orçamentária, ou abertura de créditos especiais, cujo montante não será superior a 05% (cinco por cento) e nem inferior a 01% (um por cento) da despesa fixada.

\_ Único: Não serão admitidas emendas no orçamento que impliquem na redução do limite mínimo previsto neste artigo, quando a fonte de recursos nelas indicada for a Reserva de Contingência.

Art.10º: Durante a execução orçamentária em 1998, o Executivo Municipal poderá solicitar autorização do Legislativo para incluir novos projetos ou atividades no orçamento, na forma de Crédito Especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, na forma do anexo único desta lei.

Art.11º: O Executivo Municipal enviará, até 15.10.97, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que o apreciará e o devolverá para sanção até o dia 30.11.97.

\_ 1º: A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

\_ 2º: Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 1998, fica o Executivo Municipal autorizado, a executar a Proposta Orçamentária na forma original, atualizada nos termos do \_ 1º, do Artigo 3º desta Lei, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária anual.

\_ 3º: Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária anual, mediante abertura de Créditos Suplementares, através de Decretos do Poder Executivo.

Art.12º: O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades dentre as relacionadas no anexo único integrante desta Lei.

\_ Único: Poderão ser incluídos programas não relacionados no anexo único, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

Art.13º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.14º: Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 05 de maio de 1997.

**MAURO JONCK**  
**Prefeito Municipal**

## *ANEXO ÚNICO*

### *PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1998.*

#### ADMINISTRAÇÃO DIRETA

##### 02 - GABINETE DO PREFEITO

- Aquisição de um automóvel.

##### 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Aquisição de Equipamentos e Material Permanentes.

##### 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSIST. SOCIAL CULTURAL E ESPORTES

- Aquisição de 03 (três) Veículos;
- Reforma de uma Quadra de Esportes;
- Reforma de 03 (três) Salas de Aula;
- Construção de 04 (quatro) Salas de Aula;
- Construção de 100 (cem) Fossas Sépticas;
- Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.

##### 05 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Construção de 10 (dez) Casas Populares;
- Aquisição de 01 (um) Caminhão Basculante;
- Aquisição de uma Retro Escavadeira;
- Construção de 20 (vinte) Pontes e Bueiros;
- Pavimentação de Ruas - 5000 m2.

##### 06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE, INDÚST. COM. E TURISMO

- Aquisição de Equipamento e Material Permanente;
- Distribuição de 3.000 Toneladas de Calcário e Adubo;
- Distribuição de 1.000 Kilos de Sementes de Adubo Verde;
- Construção de 06 Km de Rede de Eletrificação Rural;
- Construção de 02 (duas) Esterqueiras (líquida e sólidas).

**MAURO JONCK**  
**Prefeito Municipal**